

Repensando as políticas globais de erradicação da pobreza*

Rethinking global poverty eradication policies

Denise Schmitt Siqueira Garcia**

Heloise Siqueira Garcia***

RESUMO

A pobreza é um dos problemas mais difíceis a serem enfrentados pelos formuladores de políticas públicas, pois as famílias pobres estão mais sujeitas à falta de abrigo, dependência de drogas, problemas de saúde, gravidez na adolescência, analfabetismo, desemprego e baixo grau de escolaridade, não havendo dúvidas de que ela esteja associada a diversos

* Artigo recebido em 18 de fevereiro de 2020 e aprovado 8 de abril de 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/rda.v279.2020.81388>.

** Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Itajaí, SC, Brasil. E-mail: denisegarcia@univali.br. Doutora pela Universidade de Alicante na Espanha. Mestre em direito ambiental pela Universidade de Alicante — Espanha. Mestre em ciência jurídica. Especialista em direito processual civil. Professora no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, nos cursos de doutorado e mestrado em ciência jurídica, e na graduação no Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Advogada.

*** Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Itajaí, SC, Brasil. E-mail: helo_sg@hotmail.com. Doutora e mestre em ciência jurídica pelo PPCJ (Univali). Doutora em *derecho* e mestre em *derecho ambiental y de la sostenibilidad* pela Universidade de Alicante (Espanha). Pós-doutoranda com bolsa concedida pela Capes. Pós-graduanda em direito do trabalho pela Univali; e em ensino e tutoria a distância pelo Centro Universitário Avantis (Uniavan). Graduada em direito pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica (PPCJ) da Univali; e dos cursos de direito do Centro Universitário Avantis (Uniavan) e da Faculdade Sinergia. Advogada.

males econômicos e sociais, o que demonstra que o problema da pobreza mundial é latente e evidente e demanda discussões práticas e teóricas na busca de meios para sua erradicação. Nesse diapasão surgem os organismos internacionais que juntamente com a sociedade civil buscam apresentar políticas globais para erradicação dessa pobreza. Para tanto, o presente artigo fará uma abordagem das atuais políticas globais para erradicação da pobreza e como a aplicação de princípios éticos pode contribuir nesse processo. Seu objetivo geral é analisar a importância da ética para a efetivação de políticas globais para a erradicação da pobreza. Foi dividido em duas partes: a primeira tratando das políticas globais de erradicação de pobreza e a segunda, a dimensão ética da sustentabilidade nas políticas globais de combate à pobreza mundial. Para sua elaboração foi utilizado o método indutivo, com as técnicas do referente, das categorias e do fichamento.

PALAVRAS-CHAVE

Pobreza — sustentabilidade — dimensão ética — políticas globais

ABSTRACT

Poverty is one of the most difficult problems to be faced by public policy makers, as poor families are more subject to homelessness, drug addiction, health problems, teenage pregnancy, illiteracy, unemployment and low education, there is no doubt that it is associated with several economic and social ills, which demonstrates that the problem of world poverty is latent and evident and demands practical and theoretical discussions in the search for ways to eradicate it. In this fork, international organizations appear that together with civil society seek to present global policies to eradicate this poverty. Therefore, this article will approach the current global policies for poverty eradication and how the application of ethical principles can contribute to this process. Its general objective is to analyze the importance of ethics for the implementation of global policies for the eradication of poverty. The article is divided into two parts: the first dealing with global poverty eradication policies and the second the ethical dimension of sustainability in global policies to combat world poverty. For elaboration, the inductive method was used, with the techniques of referent, categories and file.

KEYWORDS

Poverty — sustainability — ethics dimension — global policies

Introdução

A pobreza representa um problema de cunho mundial, com repercussões além das fronteiras fictícias criadas para os Estados, como são praticamente todos os problemas de ordem socioambiental, apresentando-se, então, como ineficientes os direitos nacionais.

Nesse diapasão surgem os organismos internacionais que juntamente com a sociedade civil buscam apresentar políticas globais para erradicação dessa pobreza.

Para tanto, o presente artigo fará uma abordagem das atuais políticas globais para erradicação da pobreza e como a aplicação de princípios éticos pode contribuir nesse processo.

A problemática que suscitou a pesquisa foi: qual a importância da ética para a efetivação de políticas globais para a erradicação da pobreza?

Dentro dessa problemática, têm-se o objetivo do presente trabalho, que é analisar a importância da ética para a efetivação de políticas globais para a erradicação da pobreza.

A relevância da pesquisa se demonstra pelo tema em si, considerando que, segundo o reportado no último Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU publicado em 2019,¹ ainda existem no mundo 600 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, se considerado o parâmetro adotado pela ONU e pelo Banco Mundial de U\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos) por dia como “linha da pobreza”.

Se avaliado o caráter multidimensional da pobreza e não só o critério econômico, o que se acredita ser o mais plausível, inclusive é uma das orientações evidenciadas pela ODS1:² “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, o número de pessoas vivendo em extrema

¹ ONU. *Human development report 2019*. Beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century. Nova York, 2019. p. 7. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

² ONU Brasil. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

pobreza é de 1,3 bilhão segundo o Índice de Multidimensional da Pobreza³ elaborado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) e pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (Ophi) da Universidade de Oxford.

Ou seja, a pobreza mundial é problema latente de responsabilidade comum, cuja luta por sua erradicação é dever de todos, mas em especial dos países signatários da Agenda 2030 da ONU, tendo em vista este ser o primeiro objetivo traçado e ainda estar correlacionado com os outros 16.

Para tanto, o artigo será dividido em duas partes: a primeira tratando das políticas globais de erradicação de pobreza e a segunda, a dimensão ética da sustentabilidade nas políticas globais de combate à pobreza mundial.

Para a elaboração do artigo foi utilizado o método indutivo, operacionalizado pelas técnicas do fichamento e da revisão bibliográfica.

1. As políticas globais de erradicação da pobreza

Todas as construções, econômicas, sociais e ambientais que envolvem a problemática da pobreza, seja a escala local, nacional ou mundial, resultaram, no decorrer do século XX, em diversas discussões no âmbito internacional sobre os papéis de entidades estatais, paraestatais ou supraestatais no combate à pobreza.

Construiu-se conhecimento científico e teórico acerca dos fatores causadores da problemática, bem como políticas de reparação, responsabilização e desenvolvimento econômico e social de cunho global com o foco no sexto da população mundial que não possui condições mínimas de garantias de vida.

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrida em Estocolmo no ano de 1972 teve um papel fundamental no início das políticas globais focadas no ser humano, pois nela se reconhece a necessidade de garantia da qualidade de vida e se iniciam, mesmo que de maneira singela, as discussões acerca do subdesenvolvimento, neste momento relacionando-o com problemas ambientais.

³ OPHI; UNPD. *Global multidimensional poverty index 2019: illuminating inequalities*. 2019. p. 1. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/mpi_2019_publication.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. **Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presentes suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente.** Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico.⁴

Na sequência, 10 anos depois, a ONU monta uma Comissão para discutir questões de meio ambiente e desenvolvimento, o que gera, após cinco anos de discussão, em 1987, um relatório chamado de Relatório de Brundtland, no qual, apesar de seu cunho altamente ambientalista, percebeu e relatou os desafios da pobreza endêmica em diversos países em desenvolvimento, trazendo no texto final duas problemáticas fundamentais que deveriam ser enfrentadas: a pobreza que assolava — e ainda assola — grande parte da população mundial e a crise ambiental que ameaça a sobrevivência de vida no planeta, tratando-os como problemas correlacionados.

Em 1992, a ONU organiza nova Conferência para continuar as tratativas ambientais, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro. Pelo próprio nome já se observa que o foco era o desenvolvimento, cunhado como “desenvolvimento sustentável”, e o resultado de tal conferência não desenrola maiores preocupações com a pobreza mundial, apenas aclara a visão antropocêntrica das discussões ambientais.

Apenas três anos depois, em 1995, a ONU direciona-se mais às preocupações com o desenvolvimento humano, realizando a primeira Conferência Mundial de Copenhague, realizada na capital da Dinamarca. “A Cúpula foi o primeiro grande encontro internacional sobre desenvolvimento social.”⁵

⁴ ONU. *Declaração da Conferência de ONU no ambiente humano*. Estocolmo, 5-16 jun. 1972. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 18 fev. 2020. Sem grifos no original.

⁵ DEBONE, Rebecca Rafart de Seras Hoffmann. *Pobreza extrema: violação dos direitos humanos?* Belo Horizonte: Arraes, 2016. p. 24.

É a partir dela que o PNUD começa a direcionar suas ações para a problemática da pobreza.

Um ano após, em 1996, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou este como o ano internacional da erradicação da pobreza, e o decênio 1997-2006 como o primeiro decênio das Nações Unidas para a eliminação da pobreza.

É também nos anos 1990, especificamente em 1990, que surge o primeiro “Human Development Report” do PNUD,⁶ que se preocupa em tratar da dimensão humana do desenvolvimento. No mesmo ano, o Banco Mundial dedica o seu “World Development Report”⁷ ao tema da pobreza.

Em 1997, o PNUD dedica seu relatório anual ao tema do combate à pobreza sob o título *Desenvolvimento humano para erradicar a pobreza*⁸ e traça a noção de pobreza como de muitas dimensões, afirmando que ela deve ser entendida a partir de sua concepção de desenvolvimento humano. A partir das influências de Amartya Sen, a pobreza humana passa a ser entendida como privação de capacidades humanas, e suas causas são a má governança, a falta de oportunidades e fatores pessoais; e as recomendações para seu combate são a capacitação dos pobres, a reforma do Estado, o crescimento econômico pró-pobre, a reunião de forças e a promoção de uma globalização mais humana.⁹

A partir de 1999, o FMI também começa a mudar a retórica do seu discurso, alterando a denominação e o enfoque dos seus programas, adotando um novo objetivo de luta contra a pobreza em suas relações com os países de baixa renda, dando por terminado o chamado Serviço Reforçado de Ajuste Estrutural, o SRAE, e substituindo-o por um novo serviço financeiro em favor de tais países, o Serviço para o Crescimento e a Luta contra a Pobreza, o SCLP.¹⁰

⁶ PNUD. *Human development report 1990*. Nova York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁷ WB. *World development report 1990: poverty*. Nova York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/5973/WDR%201990%20-%20English.pdf?sequence=5&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁸ PNUD. *Human development report 1997*. Nova York: Oxford University Press, 1997. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/258/hdr_1997_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁹ UGÁ, Vivian Domínguez. *A questão social como “pobreza”*: crítica à conceituação neoliberal. Curitiba: Appris, 2011. p. 279.

¹⁰ FMI. *Crédito del FMI a los países pobres: ¿en qué se diferencia el SCLP del SRAE?*. abr. 2001. Disponível em: <www.imf.org/external/np/exr/ib/2001/esl/043001s.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.

O ano 2000, com a entrada do novo milênio, foi o ponto crucial nas discussões sobre a pobreza e a luta pela sua erradicação. É nesse momento que as discussões acerca das origens e consequências da pobreza se iniciam.

Na Conferência de Copenhague foi definida uma Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que se realizou em Genebra em junho de 2000 sob o título de “A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social e o Futuro: Assegurando o Desenvolvimento Social para Todos em um Mundo Globalizado”.

O Banco Mundial, em continuidade ao Relatório anual¹¹ de 1990 que teve seu foco na pobreza, lança em 2001 o World Development Report com o título de *A luta contra a pobreza*¹². No relatório de 1990, o Banco Mundial traz a definição da pobreza como a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo, estabelecendo discussões de padrões de vida e incapacidade por meio da busca das causas da pobreza e estratégias de combate a ela. No relatório 2000-01, o Banco Mundial amplia sua visão, entendendo a pobreza como de caráter multidimensional, baseando-se em três eixos centrais: a falta de renda e de recursos para atender as necessidades básicas, incluindo níveis aceitáveis de educação e a saúde; a falta de voz e de poder nas instituições estatais e na sociedade; e a vulnerabilidade a choques adversos e exposição a riscos combinados com uma incapacidade de enfrentá-los.

Nesse viés, o Banco Mundial apresenta como causas da pobreza a falta de recursos, tratados como “ativos” e de oportunidades, e ainda limitações geradas pelas instituições. E como recomendações para o combate à pobreza, a promoção das “oportunidades”, o incentivo ao *empowerment* e a promoção da segurança.¹³

Mas o acontecimento mais importante na luta contra a pobreza em escala global, ocorrido no mesmo ano, foi sem dúvida a Cúpula do Milênio, ocorrida em Nova York em setembro. Dela resultou a Declaração do Milênio, “[...]”

¹¹ “Com publicação anual, esses relatórios se apresentam como um guia para o mundo no que diz respeito às questões econômicas, sociais, políticas e ambientais atuais. [...] Embora cada relatório se dedique a um tema específico, os *World development reports* não são estudos isolados ou independentes; eles dialogam entre si. Cada relatório novo faz referências às questões discutidas nos anteriores que discutiram o mesmo tema, ressaltando os avanços, as limitações anteriores etc.” Vivian Domínguez Ugá, *A questão social como “pobreza”*, op. cit., p. 185-186.

¹² WB. *World development report 2000/2001: attacking poverty*. Nova York: Oxford University Press, 2001. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/230351468332946759/pdf/226840WDR00PUB0ng0poverty0200002001.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

¹³ Vivian Domínguez Ugá, *A questão social como “pobreza”*, op. cit., p. 279.

fruto da preocupação da ordem internacional com o futuro da humanidade em relação ao desenvolvimento e à erradicação da pobreza, estabelecendo dez compromissos que se consubstanciaram nos oito ODM”.¹⁴

Também conhecidos como “8 Jeitos de Mudar o Mundo”, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um conjunto de metas pactuadas pelos governos dos 191 países-membros da ONU com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver.

Os países envolvidos acordaram em alcançar os oito Objetivos do Milênio até 2015, visando solucionar alguns dos grandes problemas da humanidade. Tais objetivos foram fomentados por perspectivas de valores fundamentais, como os da liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum, assim como princípios a serem alcançados em níveis mundiais, como o da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da equidade.¹⁵

Outrossim, focaram esforços e discussões acerca de temas que convergiam as preocupações mundiais, como paz, segurança, desarmamento, desenvolvimento, erradicação da pobreza, proteção do ambiente comum, direitos humanos, democracia, boa governança, proteção dos grupos vulneráveis, responder às necessidades especiais da África e reforçar as Nações Unidas.¹⁶

Sachs¹⁷ destaca que esse foi o reflexo geopolítico mais vívido da esperança da erradicação da pobreza. Foi a maior reunião de líderes mundiais da história, com a participação de 147 chefes de Estado e de governo.

Verifica-se que esses objetivos estão ligados à preocupação mundial com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, com a finalidade de dar uma vida digna aos que não possuem, dentro de pelo menos um mínimo existencial.¹⁸

Sachs¹⁹ reconhece que todas as metas ofereceram ao mundo uma chance de se comportar melhor em relação aos países mais pobres depois de 20 anos

¹⁴ Rebecca Rafart de Seras Hoffmann Debone, *Pobreza extrema*, op. cit., p. 24-25.

¹⁵ ONU. *Declaração do milênio*. Nova York, 6-8 set. 2000. p. 1-4. Disponível em: <www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

¹⁶ *Ibid.*, p. 4-16.

¹⁷ SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos*. Tradução de Pedro de Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 248-249.

¹⁸ Mínimo existencial pode ser compreendido como “[...] o conjunto de prestações materiais que asseguram a cada indivíduo uma vida com dignidade, que necessariamente só poderá ser uma vida saudável, que corresponda a padrões qualitativos mínimos”. FENSTERSEIFER, Tiago. *Direitos fundamentais e proteção ambiental — a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

¹⁹ Jeffrey Sachs, *O fim da pobreza*, op. cit., p. 113.

de fracasso das políticas de ajuste estrutural. “As MDMS estabelecem objetivos reais que proporcionam não somente marcos de referência para a ajuda como também marcos para avaliar as recomendações das agências internacionais.”²⁰

Os ODM repercutiram de tal maneira no cenário mundial que acabaram por alavancar diversas pesquisas realizadas por instituições internacionais, como a do Banco Mundial focada em identificar os 10 países que apresentavam as piores realidades com base nos oito objetivos traçados, como taxa de mortalidade em crianças abaixo de cinco anos, em que o Afeganistão liderava a lista com 279 mortes para cada mil nascimentos com vida; ou uso de combustíveis tradicionais, em que Chade, país na África Central, liderava como 98% do total da energia usada; ou saneamento, liderado por Ruanda, onde apenas 8% da população tinha acesso; e ainda acesso a água potável, liderado novamente pelo Afeganistão, onde apenas 13% da população tinha acesso.²¹ Todas as pesquisas revelaram que os grandes problemas se encontravam nos países em desenvolvimento, mas principalmente nas regiões da África e da Ásia central.

Todo esse reconhecimento e o nível de discussão mundial vivenciado levaram o Banco Mundial a adotar, em julho de 2001, uma nova estratégia ambiental com objetivos bastante explícitos concernentes a saúde, meios de subsistência sustentáveis e vulnerabilidade à mudança ambiental. Começou-se dentro do Banco Mundial a integração entre meio ambiente, redução da pobreza e estratégias de desenvolvimento.

Muitas das metas foram alcançadas, seja parcial ou totalmente, porém algumas não. Do mesmo modo que alguns países avançaram mais em alguns aspectos específicos dos objetivos, outros avançaram mais em um contexto geral.²²

No ano de 2015, prazo para a implementação dos objetivos, a ONU elaborou um relatório geral²³ em que foram demonstrados todos os avanços e

²⁰ Ibid., p. 113.

²¹ ROGERS, Peter P.; JALAL, Kazi F.; BOYD, John A. *An introduction to sustainable development*. Londres: Earthscan, 2008. p. 326.

²² Sobre o assunto ver: GARCIA, Heloise Siqueira; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: de onde viemos e onde pretendemos chegar. In: Garcia, Denise Schmitt Siqueira et al. (Org.). *Governança transnacional e sustentabilidade* — vol. 2: estudos aplicados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Umuarama: Unipar, 2016. v. 2, p. 9-24.

²³ ONU. *The millennium development goals report 2015*. Nova York, 2015. Disponível em: <[www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2020.

as lacunas no alcance de cada um dos objetivos. Os resultados do relatório são decorrentes da análise de 21 metas e 60 indicadores oficiais, que podem ser facilmente encontrados no site dos ODM da ONU;²⁴ tais indicadores têm como escopo a representação em números das múltiplas dimensões do contexto socioeconômico de cada país.

Os ODM se apresentaram como um grande instrumento no cenário mundial, onde diversos países, em ação encabeçada pela ONU, uniram-se em prol do alcance de objetivos e metas comuns. Até então, desde o início das discussões das questões socioambientais na década de 1970, muito se discutia, porém poucas metas eram estabelecidas. Ocorreram diversas convenções internacionais que geraram mais outros tantos documentos internacionais, porém quase nenhum com metas e objetivos específicos e, principalmente, quase nenhum discutindo problemas reais de pobreza e desigualdade social.

Nesse viés se fala na quebra de paradigma no pensamento mundial quanto à pobreza e à desigualdade social, pois, por meio dos documentos e ações da ONU decorrentes da estipulação dos ODM, países e demais instituições internacionais correlacionaram-se e engajaram-se na busca da erradicação da pobreza e da desigualdade social, assimilando, inclusive, essa busca com a melhor garantia do homem na Terra.

O que se observa é que os ODM se apresentaram como uma verdadeira quebra de paradigma da preocupação mundial com a pobreza, e as experiências vividas nos seus 15 anos de implementação ofereceram numerosas lições, as quais serviram como um trampolim para os próximos passos na busca do futuro que queremos.

No íterim entre a criação dos ODM e o prazo da sua finalização, com o estabelecimento de novos objetivos, os ODS, realizou-se a Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento promovida pela ONU no México no ano de 2002, conhecida como Consenso de Monterrey, onde foram ratificadas as metas definidas na Declaração do Milênio.²⁵

Ademais, nesse mesmo ano de 2002 realizou-se, em Johannesburgo, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, que foi responsável, principalmente, pelo fortalecimento nas discussões das dimensões da sustentabilidade, mas, mais que isso, foi a primeira conferência mundial focada no meio ambiente que estabeleceu como objetivo a erradicação da pobreza, trasladando o foco do problema do desenvolvimento (estabelecido

²⁴ Disponível em: <www.un.org/millenniumgoals/>. Acesso em: 8 out. 2018.

²⁵ Rebecca Rafart de Seras Hoffmann Debone, *Pobreza extrema*, op. cit., p. 25.

na Rio92) para a esfera social da pobreza.²⁶ Foram integrados os conceitos estabelecidos na Cúpula do Milênio sobre as necessidades dos pobres nos países em desenvolvimento, tendo sido os ODM os que orientaram a Conferência de Johannesburgo.²⁷

Mais tarde, em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, celebrada no Rio de Janeiro (Brasil), o conceito de desenvolvimento sustentável é vinculado ao de direitos humanos, e a partir desse momento proliferam os encontros, relatórios e jurisprudências onde se plantea a atual relação entre direitos humanos, desenvolvimento e meio ambiente.²⁸

Adotando uma clara visão antropocêntrica, os 193 países que participaram em junho de 2012 da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada no Brasil (a Rio+20) indicaram em documento formal que **a Erradicação da Pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta atualmente e é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.**²⁹

Conforme já comentado, tendo por findo o prazo para implementação dos ODM em 2015, os países integrantes da ONU novamente se reuniram para traçar novas metas a serem cumpridas nos próximos 15 anos; trata-se dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Em pronunciamento oficial, Helen Clark³⁰ citou, ante as discussões fomentadoras destes novos objetivos, que todos os avanços obtidos com os ODM só foram possíveis devido ao foco, financiamento e ação de cada um dos países, e que agora, além dos trabalhos ainda incompletos destes, ainda apresentam-se novos grandes desafios a serem superados pela nova

²⁶ Peter P. Rogers, Kazi F. Jalal e John A. Boyd, *An introduction to sustainable development*, op. cit., p. 328.

²⁷ REAL FERRER, Gabriel. Sostenibilidad, transnacionalidad y transformaciones del Derecho. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (Org.). *Direito ambiental, transnacionalidade e sustentabilidade*. Itajaí: Univali, 2013. p. 11.

²⁸ VICENTE GIMÉNEZ, Teresa. El nuevo paradigma de la justicia ecológica y su desarrollo ético-jurídico. In: ____ (Ed.). *Justicia ecológica en la era del antropoceno*. Madri: Trotta, 2016. p. 30.

²⁹ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 33. Destaques como no original.

³⁰ PNUD. *Por que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável interessam?* No dia em que representantes de Estado de todo o mundo se reúnem para discutir o futuro do planeta, Helen Clark cita desafios como erradicação da pobreza e fome em artigo. PNUD, 25 set. 2015. Disponível em: <www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4154>. Acesso em: 6 maio 2018.

agenda global. “Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável orientarão o desenvolvimento para os próximos quinze anos, oferecendo uma oportunidade de atender aspirações globais dos cidadãos para um futuro mais pacífico, próspero e sustentável.”³¹

Já pensando nos novos objetivos e seu financiamento, no mês de julho de 2015 foi realizada na Etiópia a III Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, na qual os 193 Estados-membros da ONU acordaram em gerar recursos que garantissem a nova agenda do desenvolvimento global sustentável que seria aprovada em setembro em Nova York. O acordo concretizou mais de 100 medidas para garantir os novos objetivos, além da criação de uma agência contra a fraude fiscal pendente.³² Tal documento ficou conhecido como Agenda de Desenvolvimento de Adis Abeba.³³

Nesse desenrolar, em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável em Nova York, foi lançada a Agenda de 2030, tendo sido já discutida na Assembleia Geral da ONU, onde os Estados-membros e a sociedade civil negociaram suas contribuições.

A referida agenda, intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”,³⁴ foi assinada pelos 193 Estados-membros da ONU e consiste numa Declaração, no estabelecimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais englobam mais 169 metas específicas, uma seção sobre meios de implementação e uma renovada parceria mundial, além de um mecanismo para avaliação e acompanhamento.³⁵

Ela estabelece ações para todos os países, sejam eles pobres, ricos ou com renda média, reconhecendo que para se acabar com a pobreza deve-se caminhar lado a lado com um plano que promova o crescimento econômico e responda a uma gama de necessidades sociais, incluindo educação, saúde,

³¹ Ibid.

³² EL PAÍS. “Acuerdo histórico” para financiar la nueva agenda de desarrollo. Addis Abeba, 16 jul. 2015. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2015/07/16/planeta_futuro/1437040088_874974.html>. Acesso em: 18 fev. 2020.

³³ ONU. *Agenda de acción de Addis Abeba de la Tercera Conferencia Internacional sobre la financiación para el desarrollo* (Agenda de acción de Addis Abeba). Assembleia Geral da ONU, 17 ago. 2015. Disponível em: <http://unctad.org/meetings/es/SessionalDocuments/ares69d313_es.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

³⁴ ONU. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York, set. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

³⁵ ONUBR. *Cúpula das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável*. Nova agenda de desenvolvimento sustentável: não deixando ninguém para trás. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

proteção social e oportunidades de trabalho, ao mesmo tempo que aborda as mudanças climáticas e proteção ambiental, além de questões como desigualdade, infraestrutura, energia, consumo, biodiversidade, oceanos e industrialização.³⁶

Todos os 17 objetivos se apoiam em três pilares básicos: acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos como parte de um novo desenvolvimento sustentável.

Da leitura da agenda 2030, assim como da análise de cada um dos novos objetivos e metas que guiarão as ações dos 15 anos que seguirão desde sua implementação que envolvam o Desenvolvimento Sustentável, observa-se que foi realmente possível aprender com os erros e acertos, avanços e lacunas obtidos nos 15 anos de implementação dos ODM. Todas as metas foram muito bem trabalhadas e traçadas com a contribuição de diversos setores sociais.

O alcance de uma sociedade global justa, solidária e sustentável provavelmente nunca terá termo final, mas a luta é constante e são comprometerimentos globais que garantirão passos mais realistas.

A primeira, sem dúvida, seria a ONU, que dentro do seu sistema possui diversos organismos cujo trabalho tangencia a problemática da pobreza, como: o Escritório das Nações Unidas para a coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha) (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs);³⁷ a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (International Labour Organization – ILO);³⁸ a Organização Mundial da Saúde (OMS) (World Health Organization – WHO);³⁹ a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization);⁴⁰ o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid) (Joint United Nations Programme on HIV/Aids);⁴¹ o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (United Nations Population Fund);⁴² o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) (United Nations Children’s Fund);⁴³ o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) (United Nations Women’s Fund);⁴⁴

³⁶ Ibid.

³⁷ Site institucional: <www.unocha.org/>.

³⁸ Site institucional: <www.ilo.org/global/lang-en/index.htm>.

³⁹ Site institucional: <www.who.int/en/>.

⁴⁰ Site institucional: <<https://en.unesco.org/>>.

⁴¹ Site institucional: <www.unaids.org/>.

⁴² Site institucional: <www.unfpa.org/>.

⁴³ Site institucional: <www.unicef.org/>.

⁴⁴ Site institucional: <www.unwomen.org/en/trust-funds/fund-for-gender-equality>.

a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (Food and Agriculture Organization);⁴⁵ e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) (Human Settlement Programme).⁴⁶

A ONU ainda conta com conselhos especiais, como o Conselho Econômico e Social (Ecosoc), previsto na Carta da ONU de 1945, cuja função é a coordenação de projetos econômicos e sociais do sistema ONU, incluindo os ODM e os ODS.⁴⁷

Além de relatorias especiais dentro do seu quadro administrativo, como é o caso da Relatoria Especial para Extrema Pobreza, que tem o suporte do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos e reporta anualmente as condições dos direitos humanos e sua relação com a pobreza extrema nos países-membros por meio de visitas *in loco*, atuação em casos particulares ou coletivos e envio de comunicações aos países temáticos.⁴⁸

A ONU também possui diversos programas a ela vinculados, destacando-se na problemática da pobreza o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O programa, também um órgão dentro da ONU, é o responsável pelo financiamento e coordenação dos diversos projetos ligados à área da organização. “Sua área de atuação é dividida em seis segmentos: governança democrática, prevenção de crises e recuperação, energia e meio ambiente, HIV/Aids, empoderamento das mulheres e redução da pobreza.”⁴⁹ Sendo este último intimamente ligado aos ODM e aos ODS por meio de financiamentos mundiais e anuais em todo o mundo na luta contra a pobreza visando o alcance dos objetivos.

Além disso, é o PNUD o órgão responsável por idealizar e implementar indicadores sobre a pobreza, que “[...] ajudam os governos dos países em desenvolvimento a tomarem ciência de sua realidade e também para que os esforços na redução do problema possam ser mensurados com maior facilidade e confiabilidade”.⁵⁰

Outrossim, atenção deve-se dar à OIT, importante órgão vinculado à ONU e de certa forma engajado nas problemáticas que relacionam a pobreza, fundado no ano de 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial, com o intuito de promover a justiça social. Hoje, sua missão principal é a de “[...] promover

⁴⁵ Site institucional: <www.fao.org/home/en/>.

⁴⁶ Site institucional: <<https://unhabitat.org/>>.

⁴⁷ Rebecca Rafart de Seras Hoffmann Debone, *Pobreza extrema*, op. cit., p. 110.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 113.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 121.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 122.

oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”.⁵¹ Reconhecendo que o trabalho decente é uma das condições fundamentais para a superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, garantia da governabilidade democrática, além do desenvolvimento sustentável.

Nos vieses de pesquisa e financiamento da ONU, diversos são os índices por ela criados que visam analisar a situação da pobreza em diversos aspectos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado com o intuito de medir o desenvolvimento humano e que engloba três variáveis:

[...] renda (calculada pelo PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local com emprego da metodologia conhecida como paridade do poder de compra — PPC); longevidade (medida pela esperança de vida ao nascer); e instrução (medida por uma combinação entre as taxas de alfabetização e de escolaridade primária, secundária e superior).⁵²

A partir do IDH, o PNUD ainda desenvolveu o “IDH ajustado à desigualdade” — Idhad, que considera a perda no desenvolvimento humano potencial devido à desigualdade.

Para melhor compreensão deste índice, criado em 2010, exemplifica-se: o Brasil, no RDH 2013, tem o IDH tradicional no valor de 0,73, ocupando, como dito, a 85ª posição. Esse IDH é considerado “potencial”, pois, ao levar-se em conta a desigualdade no país o Brasil perde 27,2% desse valor, conforme traduz o Idhad no valor de 0,531 e, portanto, sua posição cai para 97º lugar — entre os países de desenvolvimento humano médio. Se não houvesse desigualdade, o Idhad seria igual ao IDH; quanto maior a diferença, maior a desigualdade. No mundo todo, 23,3% do IDH é perdido pelos problemas de desigualdade.⁵³

E ainda, o Indicador de Pobreza Humana (IPH), em que são tomados os três elementos fundamentais da vida humana, já considerados no IDH:

⁵¹ OIT. *Conheça a OIT*. Disponível em: <www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁵² Vivian Domínguez Ugá, *A questão social como “pobreza”*, op. cit., p. 220-221.

⁵³ Rebecca Rafart de Seras Hoffmann Debone, *Pobreza extrema*, op. cit., p. 16.

longevidade, conhecimento e padrão de vida adequado, a partir do enfoque das privações, compreendidas em sobrevivência, que é representada pela percentagem de pessoas que se espera que morram antes dos 40 anos; conhecimento, medido pela percentagem de adultos analfabetos; e nível de vida adequado, representado por um composto de três variáveis: percentagem de pessoas com acesso a serviços de saúde e água potável e percentagem de crianças subnutridas menores de cinco anos.⁵⁴

Além desse, o PNUD ainda criou e passou a utilizar, a partir de 2010, o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que calcula privações em três campos: educação, saúde e padrão de vida, divididos cada um em diversos outros.⁵⁵

O que se observa é que nenhum dos índices apresenta uma dimensão monetária, justificando-se pela dificuldade de se estabelecer uma linha que possa ser utilizada por diferentes países, servindo de base para um entendimento mais humano sobre o que é a pobreza e propondo um modo de medir quanta pobreza há num país.⁵⁶

Fora do escopo da ONU ainda encontramos outras organizações mundiais como o Banco Mundial, já referido, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas); e a Anistia Internacional (AI).

O FMI, situado em Washington (EUA), foi criado em 1945 para ser o banqueiro dos bancos centrais como parte do sistema financeiro de Bretton Woods⁵⁷ do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sua função é ajudar seus membros a financiar a curto prazo o balanço de pagamentos. A grande maioria dos países é membro de tal organismo, apesar de o poder de voto estar concentrado na mão dos principais países industriais.⁵⁸

O FMI, em conjunto com o Banco Mundial, passa a difundir a agenda do ajuste estrutural pós-guerra, num primeiro momento com programas de ajustes liderados por instituições internacionais, com o receituário do chamado “Consenso de Washington” e que se resumia a recomendações de políticas

⁵⁴ Vivian Domínguez Ugá, *A questão social como “pobreza”*, op. cit., p. 223-224.

⁵⁵ Rebecca Rafart de Seras Hoffmann Debone, *Pobreza extrema*, op. cit., p. 17.

⁵⁶ Vivian Domínguez Ugá, *A questão social como “pobreza”*, op. cit., p. 224-225.

⁵⁷ “[...] Bretton Woods es una estación turística de New Hampshire (Estados Unidos) en la que se celebraron las negociaciones internacionales. En términos generales, los objetivos del sistema de Bretton Woods era mantener estables los tipos de cambio e impedir las restricciones y la discriminación en el comercio.” In: FISCHER, Stanley; DORNBUSCH, Rudiger. *Economía*. Traducción de Luis Toharia Cortés. México: McGraw-Hill, 1986. p. 952.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 952-952.

de ajuste de cunho neoliberal, cujos eixos principais eram a retração do papel estatal, privatizações, abertura comercial e desregulamentações, colocadas, em sua maioria, como termos de condicionalidades em troca da concessão de empréstimos. O FMI fazia a disseminação das propostas de políticas liberalizantes que diziam respeito a questões macroeconômicas, como políticas monetárias, controle de inflação, questões de balança comercial e controle fiscal; e o Banco Mundial se preocupava com questões mais estruturais, tais como as referentes ao destino do gasto do governo, às políticas comerciais, às instituições financeiras e à formulação de recomendações de natureza política. Contudo, aos poucos, tais organismos internacionais, em especial o Banco Mundial, passaram a se voltar mais a questões de natureza social, lançando estratégias de “luta contra a pobreza”, que passam a ocupar o centro de suas ações, tendo as várias conferências internacionais já mencionadas, principalmente ao longo dos anos 1990, contribuído para a tomada de consciência dessa questão.⁵⁹

O Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul foi criado em 2003 pela Declaração de Brasília e atua em três vertentes: coordenação política, cooperação setorial e cooperação com terceiros países, implementada pelo Fundo Ibas.⁶⁰ Ele é “[...] uma iniciativa dos três países membros de unirem esforços e compartilharem experiências nacionais para a redução de problemas em comum”.⁶¹

Desde 2004, o Fundo Ibas financia “[...] projetos em países de menor desenvolvimento relativo ou egressos de conflitos, que utilizem as capacidades disponíveis nos três países membros e suas experiências exitosas de combate à fome e à pobreza”.⁶²

Por fim, cita-se a Anistia Internacional, que é um movimento da sociedade civil fundado na Inglaterra com forte militância em direitos humanos desde a década de 1960.

De tudo que foi abordado, vê-se que vários organismos internacionais e a sociedade civil estão lutando para o combate global da pobreza, mas para que esse engajamento continue é preciso a presença de pessoas preocupadas com

⁵⁹ Vivian Domínguez Ugá, *A questão social como “pobreza”*, op. cit., p. 171-177.

⁶⁰ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Ibas — Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul*. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁶¹ Rebecca Rafart de Seras Hoffmann Debone, *Pobreza extrema*, op. cit., p. 129.

⁶² Brasil, *Ibas — Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul*, op. cit.

as questões de sustentabilidade nas suas dimensões ambiental, econômica, social e ética.

A pobreza está relacionada com a dimensão social da sustentabilidade que se preocupa com a qualidade de vida das pessoas e a garantia de seus direitos sociais com qualidade, dentro de um mínimo existencial, mas no presente artigo a ligação que será feita é com a dimensão ética da sustentabilidade, ligada ao ser, conforme passamos a tratar.

2. Dimensão ética da sustentabilidade nas políticas globais de combate à pobreza

Percebe-se que existe uma necessidade urgente de mudança de vida porque já está comprovado que o meio ambiente é finito e que a vida no planeta resta ameaçada. Nessa mudança de vida latente está a necessidade do combate à pobreza, eis que, como apresentado anteriormente, a pobreza é um dos grandes problemas da humanidade.

De todo contexto apresentado no item anterior, verifica-se que para o êxito do combate global da pobreza é preciso a intervenção de organismos internacionais que estejam preocupados com a redução da pobreza global. Esses organismos internacionais são formados por pessoas, de modo que tais pessoas precisam estar preocupadas com essas questões. Dentro do contexto da sustentabilidade, portanto, um dos fatores de sua importância é a questão ética. Essa ética relacionada com as pessoas que vão agir nessa luta contra a pobreza.

Nesta segunda parte do artigo será feita uma abordagem sobre a ética, dimensão da sustentabilidade⁶³ que trata de uma questão existencial, importante, necessária e latente para o combate global da pobreza.

Para tratar do tema, portanto, primeiro precisamos falar sobre ética.

⁶³ Para saber mais sobre a ética como dimensão da sustentabilidade, ver: GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Sustentabilidade e ética: um debate urgente e necessário. *Revista de Direitos Culturais*, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito, Santo Ângelo, v. 15, n. 35, p. 51-75, 2020.

2.1 Da ética

A palavra ética vem do grego *éthos* (grego singular), que significa a morada humana, aquele espaço da natureza que reservamos, organizamos e cuidamos para fazê-lo nosso habitat.

A ética precisa nascer da essência do humano, é preciso que exista um sentimento de felicidade humana; “sentir-se em casa”. O homem com consciência, inteligência, vontade e amor é cuidador da Terra.

Essa ideia está muito ligada aos dizeres da Carta da Terra⁶⁴ feita pela Unesco no ano de 2000: “Esta situação nos obriga a viver um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade de vida terrestre bem como com a nossa comunidade local”.

A ética, portanto, estuda as relações entre o indivíduo e o contexto em que está situado. Ou seja, entre o individualizado e o mundo a sua volta. Procura enunciar e explicar as regras, normas, leis e princípios que regem os fenômenos éticos. São fenômenos éticos todos os acontecimentos que ocorrem nas relações entre o indivíduo e o seu contexto.⁶⁵

A efetividade da ética está na sua utilização/prática. Pode-se saber muito de ética, mas o verdadeiro valor da ética não está nesses conhecimentos acumulados, mas no uso aplicado sobre atos e comportamentos que deles se possa fazer.⁶⁶

A ética como prática consiste na atuação concreta e conjugada da vontade e da razão, de cuja interação se extraem resultados que se corporificam por diversas formas. Então, a prática ética deve representar a conjugação de atitudes permanentes de vida, em que se constroam, interior e externamente, atitudes gerenciadas pela razão e administradas perante os sentidos e os apetites.⁶⁷

⁶⁴ Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁶⁵ NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 73.

⁶⁶ BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de ética jurídica: ética geral e profissional*. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 34.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 30.

Aquele que muito conhece e pouco pratica em ética não pode ser chamado de prudente ou virtuoso pelo simples fato de conhecer. É preciso ter uma distinção entre o saber ético e a prática ética.⁶⁸

Identificam-se, portanto, as seguintes características da ética para sustentabilidade:

1. Visão sistêmica do mundo e da vida;
2. Reconhecimento dos limites de uso da natureza e da finitude dos recursos naturais;
3. Compromisso com a construção do desenvolvimento sustentável, em uma perspectiva presente e futura;
4. Satisfação das necessidades básicas, materiais, culturais e psicossociais;
5. Respeito à diversidade cultural, ética, política, religiosa e de gênero;
6. Valorização dos outros;
7. Responsabilidade individual e social com as nossas atitudes;
8. Reconhecimento do direito à vida com as nossas atitudes;
9. Comprometimento com os direitos humanos, democracia, paz, justiça e amor.⁶⁹

De tudo que foi dito até o momento, não restam dúvidas de que, quando se fala em sustentabilidade, precisamos da prática ética e essa ética deve estar ligada ao fazer. Se as pessoas envolvidas nessa busca pelo combate global da pobreza forem seres com prática ética, realmente alcançaremos os objetivos pretendidos.

2.2 Princípios para uma ética para a sustentabilidade

Para o alcance efetivo da dimensão ética da sustentabilidade, é preciso basear-se em quatro princípios: a) O princípio da afetividade; b) O princípio do cuidado e da compaixão; c) O princípio da cooperação e d) O princípio da responsabilidade.

⁶⁸ Ibid., p. 34.

⁶⁹ MININNI-MEDINA, Nana. Educação ambiental em centros urbanos: a problemática da incorporação de valores éticos. In: CONGRESSO HABITAT II, Florianópolis, 1998.

a. Princípio da afetividade⁷⁰

Há que se considerar que a essência do homem é o afeto, o sentimento, a emoção e a amorosidade, pois é onde nascem todos os valores. A estrutura primeira do ser humano não é constituída pela razão (*logos*), mas pela sensibilidade (*pathos*).

A conclamação para amar a teu próximo como a ti mesmo, diz Sigmundo Freud, é um dos preceitos fundamentais da vida civilizada (e, de acordo com alguns, uma de suas exigências éticas fundamentais). Mas é também o que de mais antagônico pode haver com o tipo de razão que essa mesma civilização promove: a razão do interesse individual, da busca da felicidade.⁷¹

Hoje, o que se constata é uma sociedade imediatista, “modernidade líquida” nos dizeres de Bauman,⁷² em que o cidadão está preocupado em ter e não em ser; onde as relações são rápidas e superficiais; onde não se tem tempo para as crianças e estas crescem acompanhadas somente por telas de computadores, de *tablets* e de *smartphones*, que não lidam com o mundo da vida, somente com o mundo das ideias e do vazio.

O mundo moderno incentivou a ética do individualismo, da razão abstrata, da acumulação capitalista e da competição, da homogeneização social,⁷³ tornando o homem um ser vazio e sem sentimento pelo outro.

Bauman,⁷⁴ em sua obra *Globalização: as consequências humanas*, apresenta os grandes danos causados pela globalização que assolou as relações humanas causando sérios danos como o distanciamento entre as pessoas; a liquidez das relações; a opressão das classes baixas com o aumento da diferença entre essas classes; o aumento da epidemia global da fome; depressão; liquidez das relações sendo que as pessoas são colecionadoras de “coisas”; ou seja, trouxe sérios danos ligados à afetividade e que ferem drasticamente os ditames da

⁷⁰ BRASIL. Ministério do meio ambiente. *Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade*. Ética e Sustentabilidade. Disponível em: <www.mma.gov.br/agenda21>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁷¹ BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 37.

⁷² BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁷³ Eduardo C. B. Bittar, *Curso de ética jurídica*, op. cit., p. 95.

⁷⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização — as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

sustentabilidade que, para ter força, precisam de um indivíduo solidário, afetuoso com o próximo, equilibrado e com condições mínimas de qualidade de vida.

Hoje, a crise que se vive é a da sensibilidade e do afeto, o ser humano está cada vez mais egoísta e individualista. Um dos principais problemas do homem moderno é o vazio, é não saber o que quer e frequentemente não ter a mínima ideia do que sente.⁷⁵

Há uma grande insensibilidade à desgraça da humanidade que vive em níveis de pobreza e miséria, bem como uma indiferença à degradação dos ecossistemas, à poluição dos ares e dos solos e à extinção das espécies.

O ser humano está insensível à solidariedade,⁷⁶ ao cuidado, à amorosidade e à compaixão, dimensões que não têm preço, mas têm valor e dão sentido à vida.

Amar nosso próximo como a nós mesmos significaria, então, respeitar a singularidade de cada um — valorizando cada um por nossas características distintivas, enriquecedoras do mundo que habitamos juntos e com os quais o tornamos o lugar mais fascinante e agradável.⁷⁷

Se não suscitar-mos a capacidade de sentir, de se indignar ou de se sensibilizar face aos outros, nenhuma ética será possível. Aceitar o preceito de amar o próximo é o ato fundador da humanidade.

É preciso, portanto, respeitar a singularidade de cada um, valorizando cada um por suas “características distintivas, enriquecedoras do mundo que habitamos juntos e com as quais o tornamos um lugar fascinante e agradável”.

Para tanto, faz-se necessário uma mudança drástica de vida, com o redescobrimto do que realmente é importante.

b. Princípio do cuidado/compaixão⁷⁸

O cuidado é a essência do ser humano. Sem cuidado o homem não sobrevive nas primeiras horas do nascimento, não irrompe na inteligência, não floresce no amor, não realiza sua missão no mundo.

⁷⁵ MAY, Rollo. *Man's search for himself*. Nova York; Londres: WW. Norton & Company, 2009. p. 4.

⁷⁶ Para complemento sugere-se a leitura do artigo: GARCIA, Heloise Siqueira; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. A construção de um conceito de sustentabilidade solidária: contribuições teóricas para o alcance do socioambientalismo. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, v. 2, p. 147-168, 2016.

⁷⁷ Zygmunt Bauman, *A ética é possível num mundo de consumidores?*, op. cit., p. 41.

⁷⁸ Brasil, *Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade*, op. cit.

Na dimensão da vida que se desenvolve, que surge perante todas as adversidades, das múltiplas experiências as quais favorece essa integração a partir de uma perspectiva hologramática⁷⁹ pelo lema somos todos em um e um em todos, começa-se a determinar outro *éthos* para se visualizar a Dignitas Terrae, o qual não se exaure em juízos de valores econômicos, industriais, estéticos, utilitários, entre outros, mas estimula outro “modo-de-ser”, ou seja, um “modo-de-ser-do-cuidado”.

Essa é a atitude que se manifesta no mundo pela ética do cuidado. O contato permanente e próximo com o mundo natural e social diminui o autointeresse, a postura exclusivamente egoísta diante do Outro. Desvelam-se, por meio desse *éthos*, outros cenários mais dinâmicos, criativos, dialogais a fim de se estabelecer qual projeto de vida comum se torna possível, duradouro, na medida em que se reconhece o Outro como “ser próprio”, longe da ideologia propagada pela Razão Instrumental⁸⁰ nas relações entre humanos e não humanos de “sujeito-objeto”. É a ética do cuidado que desenvolve a arquitetura da ética da vida⁸¹ e sustentabilidade.

[...] Pelo cuidado não vemos a natureza e tudo que nela existe como objetos. A relação não é sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito.

⁷⁹ “Um holograma é uma imagem em que cada ponto contém a quase totalidade da informação sobre o objeto representado. O princípio hologramático significa não apenas que a parte está no todo, mas que o todo está inscrito, de certa maneira, na parte. Assim, a célula contém a totalidade da informação genética, o que permite, em princípio, a clonagem. A sociedade, como todo, pela cultura, está presente no espírito de cada indivíduo.” MORIN, Edgar. *O método 6: ética*. Tradução de Juremir Machado. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 207.

⁸⁰ Horkheimer rememora os efeitos produzidos pela referida expressão: “A redução da razão a um mero instrumento afeta finalmente até mesmo o seu caráter como instrumento. O espírito antifilosófico que é inseparável do conceito subjetivo de razão, e que na Europa culminou com a perseguição totalitária aos intelectuais, fossem ou não os seus precursores, é sintomático da degradação da razão. Os críticos tradicionalistas e conservadores da civilização cometem um erro fundamental quando atacam a civilização moderna sem atacarem ao mesmo tempo o embrutecimento que é apenas outro aspecto do mesmo processo. O intelecto humano, que tem origens biológicas e sociais, não é uma entidade absoluta, isolada e independente. Foi declarado ser assim apenas como resultado da divisão social do trabalho, a fim de justificar esta última na base da constituição natural do homem”. HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2000. p. 61.

⁸¹ “A vida, como vimos, é frágil e vulnerável. Está à mercê do jogo entre o caos e o cosmo. A atitude adequada para a vida é o cuidado, o respeito, a veneração e a ternura. [...] São essas atitudes que nos abrem à sensibilização da importância da vida. Elas implicam a mudança do paradigma cultural vigente, assentado sobre poder-dominância, e a introdução de um paradigma de convivência cooperativa, de sinergia, de enternecimento por tudo o que existe e vive. Em razão dessa viragem, urge redefinir os fins inspirados na vida e adequar os meios para esses fins. Só assim a vida ameaçada terá chance de salvaguarda e promoção.” BOFF, Leonardo. *Ética da vida: a nova centralidade*. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 75-76.

Experimentamos os seres como sujeitos, como valores, como símbolos que remetem a uma realidade frontal. A natureza não é muda. Ela fala. Evoca. Emite mensagens de grandeza, beleza, perplexidade e força. O ser humano pode escutar e interpretar esses sinais. Coloca-se junto às coisas, ao pé delas e sente-se unido a elas. Não existe apenas. Coexiste com todos os outros. A relação não é de domínio, mas de convivência. Não é pura intervenção, mas principalmente interação e comunhão. É de cuidado das coisas. Cuidar das coisas implica ter intimidade com elas, senti-las dentro, acolhê-las, respeitá-las, dar-lhes sossego e repouso. Cuidar é entrar em sintonia com as coisas. Auscultar-lhes o ritmo e afinar-se com ele. Cuidar é estabelecer comunhão. Não é a razão analítica, instrumental que é chamada a funcionar. Mas a razão cordial, o *esprit de finesse* (o espírito de delicadeza), o sentimento profundo. Mais que o *logos* (razão), é o *pathos* (sentimento), que ocupa aqui a centralidade.⁸²

Essa dimensão relacional de cumplicidade sinaliza ao humano que em cada local, em cada proximidade, existe um equilíbrio frágil que deve persistir a fim de ampliar e preservar a cadeia da vida. Por esse motivo, o século XXI deve ser pensado sob o ângulo da lógica e ética do cuidado para constituir e esclarecer o significado comunicacional e existencial entre humanos e não humanos no qual se manifesta, silenciosamente, nas galerias subterrâneas do momento presente. A reflexão e práxis do cuidado é pressuposto de convivência nesse jardim imperfeito, cujo nome é sustentabilidade.

A compaixão que está muito ligada à solidariedade é a versão oriental do termo cuidado. No sentido budista, é a capacidade de respeitar o outro como outro, não interferir na sua vida e destino, mas nunca o deixar em sua dor.

c. Princípio da cooperação⁸³

A ideia é de permitir que cada ser, mesmo o mais fraco, possa conseguir vencer com a cooperação do outro. Foi a cooperação que permitiu que nossos ancestrais dessem o salto da animalidade para a humanidade.

Segundo Freitas,⁸⁴ “A cooperação surge, em semelhante contexto, como magno traço evolutivo favorável à continuidade da vida como ecossistema, cada vez mais rico, multifacetado e culturalmente plural”.

⁸² Leonardo Boff, *O cuidado essencial*, op. cit., p. 31.

⁸³ Brasil, *Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade*, op. cit.

⁸⁴ FREITAS, Juares. *Sustentabilidade. Direito ao futuro*. Belo Horizonte, Fórum, 2019. p. 68.

Esse senso de cooperação habita o íntimo de cada um (embora débil fagulha em criaturas demasiado instintivas), cabendo àqueles que possuem maior autoconsciência a tarefa de, sem encolher os ombros, proteger a confiança social e a integridade de caráter, de sorte a não se acumpliciar com os danos injustos, perpetrados pelo primitivismo. Toda crueldade está vedada, por ser prática jamais universalizável, eis que contrária à vida de qualidade.⁸⁵

Hoje não podemos ser apenas cooperativos e solidários espontaneamente, porque esta é a lógica da evolução e da vida, mas devemos sê-los conscientemente e como projeto de vida. Caso contrário, não salvaremos a vida, nem garantiremos um futuro compromisso para a humanidade.⁸⁶

Essa ideia de cooperação, portanto, precisa estar atrelada em todos os momentos e atos de nossa existência.

d. Princípio da responsabilidade⁸⁷

Ser responsável é dar-se conta das consequências dos nossos atos, assumindo responsabilidade pela casa comum e futuro compartilhado. “A ética corresponde ao exercício social da reciprocidade, respeito e responsabilidade.”⁸⁸

Deste princípio destaca-se a essência de que a proteção ao meio ambiente é de responsabilidade de toda a humanidade que deve unir-se no sentido de estabelecimento de medidas comuns que sejam eficazes à proteção ambiental.

É preciso preocupação com a destruição da vida devido à excessiva quimicalização dos alimentos, o uso dos transgênicos, a manipulação genética, as armas nucleares, as guerras químicas e biológicas, entre outros sérios problemas ambientais, econômicos e sociais que assolam a humanidade.

*Este principio deriva también el de la solidaridad intercomunitaria. Los problemas ambientales son comunes a toda la humanidad, pero las posibilidades para afrontarlos son muy distintas según los países. Además, no todos los países son igualmente responsables de la contaminación. De ahí el reconocimiento de que los Estados tienen responsabilidades comunes pero diferenciadas, tal y como se indican principio 7 de la Declaración de Río.*⁸⁹

⁸⁵ Ibid., p. 68-69.

⁸⁶ Brasil, *Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade*, op. cit.

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Eduardo C. B. Bittar, *Curso de ética jurídica*, op. cit., p. 25

⁸⁹ ALENZA GARCÍA, José Francisco. *Manual de derecho ambiental*. Navarra: Litografía IPAR, S.L., 2001. p. 43.

O princípio categórico é: aja de forma tão responsável que as consequências de tua ação não sejam deletérias para a vida e seu futuro. Ou positivamente: aja de tal forma que as consequências de tuas ações sejam promotoras de vida, de cuidado, de cooperação e de amor.⁹⁰

Todos esses princípios ligados à ética são deveras importantes para o combate global da pobreza.

Conforme narrado no primeiro item deste artigo, as discussões sobre a conceituação e reconhecimento da pobreza mundial sofreram alterações ao longo das últimas três décadas, de modo que cada vez mais compreende-se a pobreza como um problema multidimensional de escala mundial. Contudo, ainda há muito a ser feito, especialmente considerando que, como apontado na introdução do trabalho, hoje 1,3 bilhão de pessoas vivem em situação de pobreza, cerca de um sexto da população mundial.

A luta contra a pobreza mundial é de responsabilidade de todos que de uma maneira ou outra contribuem ou contribuíram para que as pessoas chegassem a tais patamares sociais e econômicos ou que se mantivessem nele.

O intuito do presente artigo, que não se esgota em nenhuma das temáticas apresentadas, foi o de demonstrar como se deu a evolução das políticas globais de erradicação da pobreza e a ausência do seu desiderato ético na sua composição.

As correlações mundiais advindas da globalização para o alcance da sustentabilidade dependem da verificação de uma dimensão ética e, estando a pobreza como um problema mundial que precisa ser enfrentado, inclusive para o pleno alcance da sustentabilidade, as políticas globais que buscam sua erradicação dependem também de tal dimensão ética, trabalhada conjuntamente com as demais: ambiental, econômica e social.

As relações humanas em qualquer escala, local, nacional ou mundial, antes de econômicas, são inevitavelmente formadas por pessoas que desenvolvem graus de interdependência. As políticas, legislações, conferências, pesquisas e convenções não podem esquecer que, diante da relação entre pessoas, a ética é imperativa para a manutenção das pessoas de forma minimamente social e sustentável.

Nesse sentido, neste momento buscou-se chamar a atenção especificamente para as políticas globais de erradicação da pobreza, que, além de possuírem atores humanos, são feitas para pessoas. Apesar da evolução das

⁹⁰ Brasil, *Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade*, op. cit.

considerações e tratativas na luta contra a pobreza, ainda há muito a ser feito, em especial no campo da ética, de modo que se defende a inclusão da dimensão ética da sustentabilidade no pensamento de promoção das políticas para a erradicação da pobreza mundial.

Considerações finais

As discussões acerca da necessidade da erradicação da pobreza tiveram seu início na primeira Convenção das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada pela ONU em Estocolmo no ano de 1972. E a evolução das concepções acerca da necessidade da erradicação da pobreza foi evoluindo, principalmente após o reconhecimento da existência das dimensões da sustentabilidade. A partir desse momento, a pobreza começa a ser vista como um problema de ordem mundial, de importância tão grande quanto os problemas de ordem estritamente ambiental. Seus reflexos repercutem nas quatro dimensões da sustentabilidade — social, econômica, ambiental e ética — e tornam-se problemáticas de preocupação também do socioambientalismo, problemas estes que não se restringem a território específico.

A pobreza representa um problema de repercussão mundial, com consequências além das fronteiras fictícias criadas para os Estados, como são praticamente todos os problemas de ordem socioambiental, necessitando, portanto, da intervenção de organismos internacionais e da sociedade civil globalizada com atitudes de governança global para combatermos essa triste realidade.

A crise global da pobreza é, portanto, grave e está se intensificando mesmo com toda luta dos organismos internacionais e da sociedade civil. Esse combate somente será efetivado se as pessoas envolvidas nesse sistema estiverem com o coração e a mente abertos para o enfrentamento necessário.

Para tanto, o debate traçado no presente artigo busca um resgate da dimensão ética da sustentabilidade, preocupando-se com as pessoas envolvidas no processo. Faz-se, portanto, necessária a busca pelos princípios éticos que são a afetividade, o cuidado/compaixão, a cooperação e a responsabilidade.

A afetividade ligada à capacidade de sentir, de se indignar ou de se sensibilizar face aos outros. Amar o próximo é o ato fundador da humanidade.

O cuidado/compaixão está relacionado com a solidariedade, que seria a capacidade de respeitar o outro como outro.

A cooperação ligada à ideia de que cada ser, mesmo o mais fraco, possa conseguir vencer com a cooperação do outro, e, por fim, a responsabilidade de que devemos agir de forma tão responsável que as consequências de tua ação não sejam deletérias para a vida e seu futuro. Ou positivamente: aja de tal forma que as consequências de tuas ações sejam promotoras de vida, de cuidado, de cooperação e de amor.

Referências

ALENZA GARCÍA, José Francisco. *Manual de derecho ambiental*. Navarra: Litografía IPAR, S.L., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. *Globalização — as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de ética jurídica: ética geral e profissional*. São Paulo: Saraiva, 2017.

BOFF, Leonardo. *Ética da vida: a nova centralidade*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar. 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503/1690>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. *A carta da Terra*. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. Ministério das Relações exteriores. *Ibas — Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul*. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Acesso em: 18 fev. 2020.

____. Ministério do meio ambiente. *Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade. Ética e Sustentabilidade*. Disponível em: <www.mma.gov.br/agenda21>. Acesso em: 18 fev. 2020.

DEBONE, Rebecca Rafart de Seras Hoffmann. *Pobreza extrema: violação dos direitos humanos?* Belo Horizonte: Arraes, 2016.

EL PAÍS. “Acuerdo histórico” para financiar la nueva agenda de desarrollo. Addis Abeba, 16 jul. 2015. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2015/07/16/planeta_futuro/1437040088_874974.html>. Acesso em: 18 fev. 2020.

FENSTERSEIFER, Tiago. *Direitos fundamentais e proteção ambiental — a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do estado socioambiental de direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FISCHER, Stanley; DORNBUSCH, Rudiger. *Economía*. Tradução de Luis Toharia Cortés. México: McGraw-Hill, 1986.

FMI. *Crédito del FMI a los países pobres: ¿en qué se diferencia el SCLP del SRAE?*. abr. 2001. Disponível em: <www.imf.org/external/np/exr/ib/2001/esl/043001s.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.

FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade. Direito ao futuro*. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Sustentabilidade e ética: um debate urgente e necessário. *Revista de Direitos Culturais, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Santo Ângelo*, v. 15, n. 35, p. 51-75, 2020.

GARCIA, Heloise Siqueira; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. A construção de um conceito de sustentabilidade solidária: contribuições teóricas para o alcance do socioambientalismo. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, v. 2, p. 147-168, 2016.

____; _____. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: de onde viemos e onde pretendemos chegar. In: GARCIA, Denise Schmitt Siqueira et al. (Org.). *Governança transnacional e sustentabilidade*; vol. 2: Estudos aplicados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Umuarama: Unipar, 2016. v. 2, p. 9-24.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2000.

MAY, Rollo. *Man's search for himself*. Nova York, Londres: WW. Norton & Company, 2009.

MININNI-MEDINA, Nana. Educação ambiental em centros urbanos: a problemática da incorporação de valores éticos. In: CONGRESSO HABITAT II, Florianópolis, 1998.

MORIN, Edgar. *O método 6: ética*. Tradução de Juremir Machado. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

OIT. *Conheça a OIT*. Disponível em: <www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.

ONU. *Agenda de Acción de Addis Abeba de la Tercera Conferencia Internacional sobre la Financiación para el Desarrollo* (Agenda de Acción de Addis Abeba). Assembleia Geral da ONU, 17 ago. 2015. Disponível em: <http://unctad.org/meetings/es/SessionalDocuments/ares69d313_es.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. *Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano*. Estocolmo, 5-16 jun. 1972. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. *Declaração do milênio*. Nova York, 6-8 set. 2000. Disponível em: <www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020,

_____. *Human development report 2019*. Beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century. Nova York, 2019. p. 7. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. *The millennium development goals report 2015*. Nova York, 2015. Disponível em: <[www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York, set. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

ONU Brasil. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

ONUBR. *Cúpula das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável*. Nova agenda de desenvolvimento sustentável: não deixando ninguém para trás. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

OPHI; UNPD. *Global multidimensional poverty index 2019: illuminating inequalities*. 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/mpi_2019_publication.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

PNUD. *Human development report 1990*. Nova York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. *Human development report 1997*. Nova York: Oxford University Press, 1997. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/258/hdr_1997_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

_____. *Por que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável interessam?* No dia em que representantes de Estado de todo o mundo se reúnem para discutir o futuro do planeta, Helen Clark cita desafios como erradicação da pobreza e fome em artigo. PNUD, 25 set. 2015. Disponível em: <www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4154>. Acesso em: 6 maio 2018.

REAL FERRER, Gabriel. Sostenibilidad, transnacionalidad y transformaciones del derecho. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (Org.). *Direito ambiental, transnacionalidade e sustentabilidade*. Itajaí: Editora Univali, 2013.

ROGERS, Peter P.; JALAL, Kazi F.; BOYD, John A. *An introduction to sustainable development*. Londres: Earthscan, 2008.

SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos*. Tradução de Pedro de Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

UGÁ, Vivian Domínguez. *A questão social como "pobreza": crítica à conceituação neoliberal*. Curitiba: Appris, 2011.

VICENTE GIMÉNEZ, Teresa. El nuevo paradigma de la justicia ecológica y su desarrollo ético-jurídico. In: ____ (Ed.). *Justicia ecológica en la era del antropoceno*. Madri: Trotta, 2016.

WB. *World development report 1990: poverty*. Nova York: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/5973/WDR%201990%20-%20English.pdf?sequence=5&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

WB. *World development report 2000/2001: attacking poverty*. Nova York: Oxford University Press, 2001. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/230351468332946759/pdf/226840WDR00PUB0ng0poverty0200002001.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.